

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 158/2009

CONVITE Nº 053/2009

1 - REGÊNCIA LEGAL: Esta licitação obedecerá, as disposições da Lei Municipal 2.593/05, Decreto Municipal 7.583, Lei Estadual nº 9.433/05, normas gerais da Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93, suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e ao estabelecido neste Edital.

2 - MODALIDADE: Convite.

3 - REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria Municipal de Administração.

4 - TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global.

5 - RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS:

5.1 - Data: 25 de agosto de 2009.

5.2 - Horário: 09h00

5.3 - Local: Salão de Licitações, na Av. Sampaio, nº 344, Centro, Feira de Santana – Bahia.

6 - OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de vigilância eletrônica, para atender as diversas repartições municipais, pelo período de 12 meses.

7 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

7.1 - Poderão participar da licitação os interessados do ramo pertinente ao objeto aqui mencionado, escolhidos e convidados pela unidade administrativa, podendo ser estendido aos não convidados, desde que cadastrados e que manifestem interesse.

8 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO:

8.1 - Credenciamento

8.1.1 - Instaurada a sessão de abertura das propostas, as licitantes apresentarão ao presidente da Comissão Permanente de Licitação suas credenciais. A credencial deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, separado dos envelopes de documentação e proposta, com identificação de representante (nome, número da identidade e CPF) e autorização para a prática dos atos necessários e inerentes ao procedimento licitatório, cujo documento de credenciamento passará a fazer parte integrante do processo. As microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. A declaração deverá está assinada pelo representante legal da empresa e pelo seu contador. A falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de setembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

8.1.2 - Quando o licitante se fizer representar por sócio, deverá este apresentar fotocópias autenticadas do contrato social e eventuais alterações, estatuto ou ato de investidura, comprovando tal condições, e, em não estando as cópias devidamente autenticadas, deverão ser apresentados os respectivos originais para conferência e

autenticação pela própria **CPL**, passando as cópias apresentadas a integrarem o processo e, portanto, não serão devolvidas.

8.1.3 - Cada licitante poderá credenciar apenas um representante, ficando este adstrito a apenas uma representação.

8.2 - Da proposta de preços e documentação de habilitação

8.2.1 - A documentação e a proposta deverão ser entregues no local determinado neste edital, no dia e horário determinados para a licitação, em envelopes, separados e lacrados, contendo nas partes externas, além do nome da empresa, os seguintes dizeres:

8.2.1.1- ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS – CONVITE Nº 053/2009 - LICITAÇÃO Nº 158/2009
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO - CONVITE Nº 053/2009 - LICITAÇÃO Nº 158/2009

8.2.2 - Após o Presidente da Comissão Permanente de Licitação dar início aos trabalhos, não será recebida proposta de empresa retardatária, e, em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação de complementação da documentação exigida neste edital, nem admitida qualquer retificação ou modificações das condições ofertadas.

8.3 - Da proposta

8.3.1 - O envelope nº 01 - Deverá conter:

a) A proposta, que será entregue, obrigatoriamente, em original, datilografada ou digitada, constando preços, expressos na moeda nacional, com valores unitários, conforme **ANEXO II** que integra o presente edital;

a.1) A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, borrões e/ou entrelinhas.

a.2) Deverá a licitante fazer constar a sua razão social e endereço, assim como indicar CNPJ no local próprio constante do **Anexo II**, além de fazer constar a assinatura do seu representante legal, sócio ou procurador investido de poderes para tal fim, no local próprio.

b) Carta-proposta, conforme modelo constante no **ANEXO III**;

8.3.1.1 - Para a correta elaboração da proposta, deverá a licitante examinar atentamente todos os itens e exigências contidas no presente edital.

8.3.2 - Não poderão os licitantes suprir omissões ou corrigir dados técnicos ou econômicos após a entrega das propostas, salvo erro de conta ou equívocos irrelevantes para o julgamento - estes últimos no ato da leitura de preços, cuja confirmação deverá ser consignada em ata.

8.3.3 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contado da sua abertura.

8.3.4 - As propostas deverão obedecer, rigorosamente, aos termos do presente edital, sendo, automaticamente, desclassificadas aquelas que apresentarem objeto diferente daquele constante do **ANEXO II**, ou que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento convocatório.

8.3.5 - A proposta cujo prazo de validade estiver vencido, será considerado prorrogado por 30 (trinta) dias, se consultada a respeito a proponente, no prazo de 03 (três) dias úteis, manifestar interesse na referida prorrogação.

8.3.6 - Não havendo registro de protesto ou impugnação e desde que haja declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "02" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

8.3.7 - A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

8.4 - Documentação

8.4.1 - O envelope nº 02 “documentação” deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação automática, os seguintes documentos, apresentados em original ou em fotocópias devidamente autenticadas e atualizados:

- a) CRC - Certidão de Registro Cadastral do Município de Feira de Santana ou do Estado da Bahia, dispensado aos licitantes convidados;
- b) Declaração expressa da empresa, de que a mesma é idônea para licitar e contratar com a Administração Pública;
- c) Prova de regularidade relativo à Seguridade Social (**INSS**) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- d) Cartão de inscrição no CNPJ;
- e) Contrato Social ou documento equivalente, comprovando que a licitante é do ramo pertinente ao objeto da licitação.
- f) Certidão de Quitação e Registro no CREA e ART.

8.4.2 - Os documentos pertinentes à habilitação devem ser apresentados em cópias autenticadas, dispensada a autenticação, quando exibido o original, para conferência pela **CPL**, no ato do recebimento.

8.4.3 - Apreciada a documentação de habilitação, a **CPL** proferirá o respectivo julgamento.

9 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO:

9.1 - A sessão de abertura das propostas terá início no dia, hora e local designados no item 5 do Edital, devendo o representante da licitante efetuar o seu credenciamento, comprovando que possui os necessários poderes para a prática dos atos inerentes ao certame.

9.2 - Concluída a fase de credenciamento, os licitantes entregarão o Envelope 01 - Propostas de Preços e o Envelope 02 – Habilitação.

9.3 - Iniciada a sessão de abertura das propostas, não mais cabe a desistência do licitante, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão.

9.4 - A abertura dos envelopes relativos aos documentos das propostas e de habilitação será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada assinada pelos licitantes e pela comissão ou servidor responsável.

9.5 - Todos os documentos contidos nos envelopes serão apresentados aos proponentes presentes e rubricados folha a folha pelos seus representantes legais e pelos membros da Comissão julgadora, não implicando a rubrica aposta em reconhecimento da validade de seu conteúdo, mas tão somente, de sua existência material.

9.6 - O presidente da comissão fará, primeiramente, a abertura dos Envelopes 01 – Proposta de Preços, e verificará a conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações do instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis.

9.7 - A Comissão julgará e classificará as propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do ato convocatório.

9.8 - Se houver recurso, permanecerão fechados os envelopes de Habilitação, sendo devidamente rubricados por todos os presentes, para serem, posteriormente recolhidos e guardados em poder da Comissão, até a designação de nova data para a abertura.

9.9 - Se houver declaração expressa consignada em ata de renúncia a recurso ou a apresentação do termo de renúncia de todos os participantes, a Comissão prosseguirá no andamento dos trabalhos, procedendo à devolução dos envelopes fechados aos concorrentes desclassificados, contendo a respectiva documentação de habilitação, e procedendo à abertura dos envelopes "02" – HABILITAÇÃO - das empresas classificadas com os três menores preços.

9.10 - A empresa que deixar de apresentar a documentação de Habilitação exigida será inabilitada.

9.11 - Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovado, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada vencedora, ou seja, para homologação e posterior contratação, conforme estabelece a lei complementar 123/2006.

9.12 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 04 (quatro) dias úteis, contados da data da homologação do certame, promover a sua regularização, com a apresentação dos documentos exigidos no edital.

9.13 - A Comissão deliberará sobre a habilitação dos três primeiros classificados, podendo ser apreciados e decididos de imediato, salvo quando envolve em aspectos que exijam análise mais apurada.

9.14 - Transcorrido o prazo de interposição de recurso ou após desistência ou renúncia do mesmo, por parte das licitantes, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos contra a decisão sobre a fase de habilitação, a CPL procederá o julgamento e classificação final, emitindo parecer circunstanciado.

10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Menor Preço Global

10.1 - Critério: Será considerada vencedora a licitante que apresentar menor preço global, atendendo assim, ao critério do “menor preço”, fazendo-se a classificação dos demais em ordem crescente dos valores propostos.

10.2 - As propostas das licitantes habilitados serão analisadas, avaliadas e classificadas pela ordem crescente dos valores ofertados, adjudicando o objeto para o licitante classificado em 1º lugar, pelo critério do menor preço.

10.3 - A CPL fará a conferência dos valores ofertados e desclassificará qualquer proposta que contiver preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou que sejam considerados inaceitáveis e incompatíveis.

10.4 - Serão desclassificadas, também, as propostas manifestamente inexequíveis, em consonância com o quanto contido no art. 97 da Lei nº 9.433 de 01 de março de 2005.

10.5 - Se duas ou mais propostas em absoluta igualdade de condições ficarem empatadas na primeira classificação, depois de obedecido o disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei Estadual nº 9.433/05 a classificação se fará obrigatoriamente por sorteio, em ato público, para qual todos os licitantes serão convocados.

10.6 - O referido sorteio, realizar-se-á, independentemente do comparecimento dos proponentes, circunstância esta que será devidamente registrada em ata correspondente.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

11.1 - Decorridos os prazos legais a CPL, após julgamento, adjudicará o objeto ao licitante vendedor classificado em 1º lugar, encaminhado relatório para a autoridade competente, para fins de homologação.

11.2 - Em havendo a homologação do procedimento licitatório pela autoridade superior, o adjudicatário da presente licitação será convocado para prestar o objeto.

11.2.1 - O prazo da convocação poderá ser prorrogado, a critério da Administração, apenas uma vez e por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, desde que provada a relevância do pedido.

11.2.2 - É facultado à Administração, quando o licitante vencedor do certame, em sendo convocado, não assinar o contrato ou não aceitar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação.

11.3 - A recusa do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se as penalidades previstas na legislação.

11.4 - Decorrido 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos, em consonância com o quanto contido no art. 64, § 3º da Lei nº 8.666/93.

12 - RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - O recebimento do objeto licitado e afinal contratado, será procedido com observância e disposição do art. 161 da Lei Estadual 9.433/05.

13 - DO PAGAMENTO:

13.1 - O pagamento será mensalmente.

14 - DO REAJUSTAMENTO:

14.1 - No caso de reajustamento, serão sempre observadas as instruções governamentais pertinentes e aplicáveis.

15 - DA DOTAÇÃO:

15.1 - As despesas decorrentes da presente aquisição serão por conta da dotação orçamentária para a **SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – ATIVIDADE: 04.122.001.2015.**

16 - DAS PENALIDADES E RESCISÃO:

16.1 - Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se os infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

16.2 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

16.2.1 - A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

16.2.2 - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso.

16.2.3 - Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

16.2.4 - Não tendo sido prestada garantia à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

16.2.5 - As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

16.3 - Será advertido verbalmente, pelo presidente da comissão, o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

16.4 - Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de cadastrar e licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei 9.433/05.

16.5 - Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei 9.433/05.

16.6 - Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

17 - REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO:

17.1 - A revogação da licitação somente poderá se dar por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

17.2 - O desfazimento do processo licitatório (revogação ou anulação) só pode se dar mediante o contraditório e a ampla defesa.

18 - RECURSOS:

18.1 - O regramento dos recursos observará o disposto no Capítulo XII da Lei Estadual nº 9.433/05.

19 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1 - Os encargos de natureza tributária, social e para fiscal são de exclusiva responsabilidade da contratada.

19.2 - As informações e esclarecimentos necessários serão prestadas pela Divisão de Licitações, Contratos e Compras diariamente, no horário das 9h às 12h e das 14h até às 17h, através do telefone **(075) 3602-8345**.

19.3 - Integra o presente edital para todos os efeitos de direito apenas os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Especificações Técnicas dos Serviços;
- b) Anexo II - Modelo de Proposta de Preços;
- d) Anexo III – Orçamento da Administração.
- c) Anexo IV – Modelo da Carta-Proposta;
- e) Anexo V – Minuta do Contrato

19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação, que se valerá dos dispositivos legais inerentes a licitação e os seus princípios.

Feira de Santana, 17 de agosto de 2009.

RAILDO SANTOS LEAL
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Feira de Santana

Licitação nº 158/2009 – Convite nº 053/2009

O Edital da licitação acima mencionada foi devidamente analisado e aprovado com observância às exigências legais constantes da Lei Estadual 9.433/2005.

Feira de Santana, ____/____/____

Rafael Pinto Cordeiro
OAB: 28.364/BA
Procurador Designado

A N E X O I

❖ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

1. A Empresa vencedora será responsável pelo fornecimento de pessoal e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.
2. Os serviços serão executados por profissionais devidamente habilitados, treinados e supervisionados, para tal finalidade, dentro dos melhores padrões de qualidade, estética e de segurança, que são exigidos para este tipo de serviço. O serviço é composto de sistema de alarme monitorado aos sábados, domingos e feriados 24 horas por dia e de segunda a sexta-feira das 19:00 às 07:00h. O sistema de alarme será fornecido em caráter de comodato e instalado gratuitamente sem custo algum para o Município. Toda manutenção e garantia dos equipamentos correrão por conta da contratada.
3. O prazo do contrato será de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma prevista no item II do Art. 140 da Lei 9.433/05;
4. Instalações a serem monitoradas:
 - 4.1. Procuradoria Geral do Município;
 - 4.2. Arquivo Público Municipal;
 - 4.3. Biblioteca Municipal;
 - 4.4. Centro Psicossocial;
 - 4.5. Centro de Atendimento ao Feirense - CEAF;
 - 4.6. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
 - 4.7. Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
 - 4.8. Centro de Capacitação da Prefeitura Municipal de Feira de Santana;
 - 4.9. Instituição “Mãe da Providência”;
 - 4.10. Programa Sentinela;
 - 4.11. Centro de Convivência D. Zazinha Cerqueira;
 - 4.12. Programa Bolsa Família;
 - 4.13. Programa Centro Integrado de Capacitação e Apoio ao Adolescente e Família - CICAF

❖ ESPECIFICAÇÃO PARA OS EQUIPAMENTOS E DEMAIS ACESSÓRIOS

1. Central de alarme microprocessada monitorada de 04 zonas podendo ser duplicada para 08 modo AT + 02 saídas para teclado;
2. Transformador para centrais de alarme 16,5 V – 1.5 Amp (110/220);
3. Caixa de Proteção para Centrais de Alarme metálica;
4. Teclado luminoso Led 24 zonas, display de iluminação de tecla com capacidade para até 30 usuários.
5. Bateria selada de 12 v com autonomia de 06 (seis) horas.
6. Sirene piezoelétrico de 120 dbcs tensão 11 a 13,8 volts (no mínimo uma por pavimento);
7. Sensor infravermelho passivo com alta imunidade ângulo 110° 12m x 12m (protegendo todos os locais vulneráveis);
8. Sensor ativo externo com feixe duplo tempo de resposta 50 ~ 700 ms, distância de proteção 30/60 metros (onde for necessário);
9. Kit de materiais diversos para instalação (cabos, conduites, canaletas, etc).

❖ DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

1. Instalar, gerenciar e manter em perfeito funcionamento, sobre inteira responsabilidade da contratada, um sistema de segurança eletrônico, capaz de propiciar uma vigilância de qualidade, garantindo a segurança nos fundos, laterais, frente e interior dos Edifícios Municipais atuando interna e/ou externamente, como também nas áreas propícias para veicular possíveis ações de vandalismo e/ou sabotagem;
2. O sistema instalado deverá apresentar os seguintes recursos:
 - 2.1. Checagem em horários programáveis das centrais de controle responsáveis pelo monitoramento dos sensores de alarme;
 - 2.2. Identificação de panes e/ou sabotagem;
 - 2.3. Sensores supervisionados, com absoluta confiabilidade e imunidade a interferências;
 - 2.4. Programação e supervisão de todo o sistema por linha telefônica comum;
 - 2.5. Possui flexibilidade de horários sem interferência de operador da central ativando o sistema em horário predeterminado.
3. A contratada deverá monitorar o sistema, registrando todas as ocorrências em sua base de monitoramento, emitir relatórios mensais a ser entregues à Secretaria de Administração e ainda fornecer senha, com explícita autorização da Secretaria de Administração, aos usuários, designados pela Administração, para ativar e desativar o sistema de segurança.
4. Em caso de disparo do alarme, a empresa contratada comunicará, por qualquer meio possível, ao fiscal do contrato e a um dos responsáveis pelo patrimônio, e ainda, tomará as seguintes providências:
 - 4.1. Acionará a Patrulha com equipe da própria contratada para verificação em loco;
 - 4.2. Acionará a Polícia Militar, detalhando a ocorrência;
 - 4.3. Acionará o Corpo de Bombeiros no caso de incêndio;
5. Quando o disparo de alarme ocorrer por simulação ou acidental, a contratada deverá solicitar a identificação do usuário, através de senha, e comunicará imediatamente por telefone ao fiscal do contrato ou a um dos responsáveis pelo patrimônio.
6. O sistema de alarme será interligado por uma linha telefônica do local onde será instalado, devendo a contratada informar a Administração qualquer problema que ocorra por falta de comunicação proveniente do não funcionamento desta linha telefônica.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor Mensal	QTD (MESES)	Valor Total
01	Contratação de empresa para execução de serviços de vigilância eletrônica, para atender as diversas repartições municipais, pelo período de 12 meses.			
TOTAL				

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 12 (doze) meses, após liberação da ordem de serviços.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme o Edital.

Nos preços deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ANEXO III
ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Valor Mensal	QTD (MESES)	Valor Total
01	Contratação de empresa para execução de serviços de vigilância eletrônica, para atender as diversas repartições municipais, pelo período de 12 meses.	1.690,00	12	20.280,00
TOTAL				R\$ 20.280,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 dias.

PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: 12 (doze) meses, após liberação da ordem de serviços.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme o Edital.

Nos preços deverão estar embutidos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**ANEXO IV****MODELO DA CARTA-PROPOSTA**

FEIRA DE SANTANA _____ DE _____ DE _____

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**LICITAÇÃO Nº 158/2009****CONVITE Nº 053/2009**

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de vigilância eletrônica, para atender as diversas repartições municipais, pelo período de 12 meses.

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL NO CASO DE ASSINATURA DO CONTRATO:**NOME:****RG:****CPF:****TELEFONE:**

Atendendo ao aviso do Edital, apresentamos a nossa proposta para a execução dos serviços objeto da licitação referenciada.

O nosso preço total foi elaborado de acordo com as prescrições do Edital.

Manteremos válida esta proposta pelo prazo de 60 (sessenta) dias.

O prazo para execução dos serviços será de até **12 (doze) meses**.

Declaramos expressamente que:

- A- Concordamos integralmente e sem qualquer restrição, com as condições da licitação expressas no aviso do edital e anexos.
- B- Temos pleno conhecimento das condições de execução dos trabalhos e utilizaremos equipe técnica e administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços comprometendo-nos, desde já, a substituir os profissionais, desde que assim o exija a fiscalização.
- C- Na execução dos serviços observaremos, rigorosamente, as especificações, bem como as recomendações e instruções da fiscalização, assumindo, desde já, integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações e padrões dessa Prefeitura.

Atenciosamente,

Assinatura do Representante Legal

OBS: Este modelo deve ser apresentado em papel timbrado da licitante.

ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA
- ESTADO DA BAHIA -CONTRATO Nº 1 05 /2009

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no **CGC/MF sob o nº 14.043.574/0001-51**, com sede na Av. Sampaio, nº 344, Centro - Feira de Santana-Ba, representada pelo Exmº Sr. Prefeito Tarcízio Suzart Pimenta Junior, autorizado pelo art. 86, XIV, da sua Lei Orgânica, doravante denominada **CONTRATANTE** e, do outro lado,

estabelecida na _____, n° _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no **CNPJ/MF sob nº _____**, através do seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____, denominada **CONTRATADA**, observada a **LICITAÇÃO Nº 158/2009 e CONVITE Nº 053/2009**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO.

1.1 - Constitui objeto do presente contrato:

Contratação de empresa para execução de serviços de vigilância eletrônica, para atender as diversas repartições municipais, pelo período de 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1 - A **CONTRATADA** se obriga a prestar os serviços constantes na cláusula primeira no prazo de até 12 (doze) meses, após liberação da ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O preço total estimado a ser pago a Contratada é de: **R\$ _____** (_____), observada a seguinte forma de pagamento: Mensalmente, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada, no valor mensal de **R\$ _____** (_____).

3.2 - Os preços acordados compreendem todos os custos de execução, diretos ou indiretos, inclusive os relacionados à mobilização de mão-de-obra e materiais necessários à efetivação dos serviços, manutenção, obrigações trabalhistas e sociais.

CLÁUSULA QUARTA - RECURSOS FINANCEIROS

4.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da dotação orçamentária da **SECRETARIA: SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – ATIVIDADE: 04.122.001.2015.**

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento;

5.2 - Proceder o pagamento devido, no prazo e condições estabelecidos, respeitadas, inclusive, as normas pertinentes a reajustamentos e atualizações monetárias, estas nas hipóteses de eventuais atrasos no adimplemento das obrigações.

5.3 - Certificar, tempestivamente, se os serviços a serem executados obedecem as condições contratuais estipuladas;

5.4 - Oferecer a Contratada todas as informações e condições indispensáveis ao pleno e desembaraçado cumprimento da prestação e ela contratualmente imposta.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Observar fielmente as cláusulas e condições estipuladas por força deste instrumento.

6.2 - É de inteira responsabilidade da Contratada a execução dos serviços objeto deste contrato, não podendo ela eximir-se, ainda que parcialmente, sendo ainda de sua responsabilidade, toda mão-de-obra necessária a execução dos trabalhos, utilizando pessoal selecionado e habilitado, além de material necessário a efetivação dos serviços.

6.4 - Responder pelos danos causados, diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.5 - Durante a vigência deste contrato, a Contratada garante o perfeito funcionamento dos serviços aqui contratados e se compromete a eliminar eventuais erros, sem ônus para a Contratante.

6.7 - Deverá a empresa ganhadora, fornecer operador qualificado à disposição por todo o horário normal de expediente ou em horário extra, se necessário.

6.8 - Todas as despesas concernentes ao pessoal, como salário, obrigações trabalhistas e sociais são por conta da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA - PARALISAÇÕES

7.1 - A Contratada responderá por todos os danos e prejuízos decorrentes de paralisações e atrasos na execução do objeto do presente contrato, exceto os decorrentes de força maior ou de ordem expressa da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O descumprimento das condições ora ajustadas, que impliquem inexecução total ou parcial deste instrumento, ensejar-lhe-á, conforme o caso, rescisão administrativa, amigável ou judicial, observadas as situações típicas, as condutas, as cautelas, as conseqüências e os direitos assegurados a Administração, conforme a legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - DAS MULTAS

9.1 - Sem prejuízo no disposto na cláusula oitava do presente contrato, aplicar-se-á a Contratada, no caso de infração as obrigações aqui contidas, multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

10.1 - Serão sempre observadas as instruções governamentais para o caso de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - Os tributos que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da execução dos serviços, serão da exclusiva responsabilidade da Contratada.

11.2 - Aos casos omissos será aplicada a Lei Estadual nº 9.433/2005, no que couber.

CLÁUSULA DÉCIMA- SEGUNDA - FORO

12.1 - É eleito o foro da comarca de Feira de Santana, para conhecer e decidir quanto aos litígios que possam decorrer da execução deste contrato.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam este instrumento em 03 (três) vias, para um só efeito legal, juntamente com duas testemunhas adiante nomeadas, maiores, idôneas e capazes, sendo uma via para a Contratada, uma para a Contratante e uma para o Registro Legal.

Feira de Santana, _____ de _____ de 2009.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:
